

---

**MESA REDONDA**

---

## As minas endemoniadas •

Júnia Ferreira Furtado  
UFMG

Este trabalho é parte de minha tese de doutorado recém-concluída, que estuda o comércio e os comerciantes mineiros, para, por meio de sua atuação compreender um dos mecanismos informais pelos quais o poder procurou se reproduzir na colônia e os paradoxos dele decorrente. O ponto de partida é a análise da correspondência trocada entre Francisco Pinheiro, grande *homem de negócio* português, e seus agentes comerciais nas Minas, entre 1712 e 1744, que se encontra depositada no Arquivo do Hospital de São José, antigo Hospital Real de Todos os Santos de Lisboa, e publicada no Brasil pelo Ministério da Fazenda<sup>1</sup>. Estas cartas permitiram conhecer um pouco do que estes comerciantes, estabelecidos nas Minas no século XVIII, viveram e presenciaram e, desta forma, descortinar a sua visão de mundo.

Francisco Pinheiro era a figura central da documentação aqui analisada. Comerciante português, desempenhou suas atividades na primeira metade do século XVIII, tendo agentes no norte da Europa, África e Brasil. Aqui, primeiro estabeleceu relações comerciais com as Capitanias do Nordeste, Rio de Janeiro e São Paulo e, no momento da expansão aurífera, seus negócios se estenderam para as Minas e mais tarde até o Mato Grosso. Durante sua vida, manteve farta correspondência com seus intermediários comerciais, apesar de ter permanecido analfabeto. Foi exemplo do comerciante daquele período: enriqueceu com os negócios coloniais e especialmente durante o *boom* do ouro e do diamante.

Seus correspondentes, homens de sua absoluta confiança, faziam parte de seu estreito círculo de amizades, mas em geral, eram familiares, numa mistura de laços de parentesco e negócios. Estes agentes comerciais se viam como partes de uma rede hierárquica, que tinha Francisco Pinheiro como um dos seus sustentáculos, mas cujo poder emanava diretamente do Rei. Sua escritura nos

---

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “Ordem e Desordem nas Minas Setecentistas”, apresentada no dia 23 de julho de 1996.

<sup>1</sup>LISANTI F°, Luís. *Negócios Coloniais*; uma correspondência comercial do século XVIII. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973.

permite percebê-los como reprodutores do poder metropolitano, mas estes homens também eram capazes de abrir espaço para se opor à dominação e expressar sua própria alteridade. A análise desta correspondência permitirá atentar para o próprio projeto colonizador ibérico, pois para que este fosse efetivado era necessário reproduzir os códigos culturais e partilhá-los com o mais humildes dos súditos. Como bem nos lembrou Janice Teodoro da Silva<sup>2</sup>, as caravelas portuguesas se transformaram em caravelas da cultura. Ao instituir uma civilização no novo mundo, trouxeram seus signos, seus símbolos e sua cultura, que uma vez incorporados à mente do colonizado, forjaram parte de sua identidade. Porém apesar de toda a tentativa de controle sobrava sempre espaço para afirmação de sua singularidade.

No Brasil, a penetração do povoamento exigiu que a Metrópole abrisse novas rotas comerciais, capazes de sustentar uma população crescente, afastada do litoral e dos portos de abastecimento de mercadorias, que em sua maior parte vinham do exterior. O descobrimento do ouro na região das Minas, no final do século XVII, acelerou o processo de estabelecimento destas novas rotas. E a partir desta época, a organização de um comércio de abastecimento no centro-sul fez com que vários interesses metropolitanos ali se enraizassem e se misturassem aos dos colonos<sup>3</sup>.

O papel do comerciante, que encontrou na ocupação das Minas momento privilegiado para ampliação das suas atividades e ganhos, pode ser compreendido como parte de uma cadeia de poder que se estendia desde o Reino. O comerciante que para aqui se dirigia estabelecia uma série de vínculos estratégicos, que em muito propiciavam a *interiorização* dos interesses metropolitanos, mesclando-os com os dos colonos. O controle do mercado de abastecimento, essencial para sustentar uma população urbana que crescia; a cobrança de impostos sobre a atividade mercantil, como forma suplementar de arrecadação de metais; e o mecanismo de endividamento da população local, que ficava nas mãos dos comerciantes, foram algumas das estratégias de expansão dos interesses metropolitanos nas Minas, por meio da atividade mercantil. Estes interesses também se complementavam quando da arrematação dos contratos para cobrança

---

<sup>2</sup>SILVA, Janice Theodoro da. *Descobrimientos e colonização*. São Paulo: Ática, 1987. p.9. (Col. Princípios).

<sup>3</sup>Maria Odila da Silva Dias afirmou que Southey em sua obra já chamava atenção para “os benefícios do comércio como fator de civilização e de coesão comunitária” (DIAS, M<sup>a</sup> Odila L. *O fardo do homem branco*; Robert Southey, historiador do Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1974. p.288.) e que só com a descoberta do ouro e a necessidade de integrar estes mercados pôde-se assistir ao enraizamento dos valores morais portugueses (p.287).

das entradas ou impostos na Capitania, avidamente disputados pelos homens de negócio.

Paradoxalmente, uma vez nas Minas, estes homens passavam também a se dedicar a outras atividades: mineração, agricultura e pecuária. Pediam sesmarias, levantavam engenhos, abriam lojas e adquiriam escravos, que garantiam o sustento de seus donos, ao se dedicarem a diferentes atividades. Em pouco tempo, seus interesses econômicos estavam tão enraizados na terra, que não era mais possível defini-los como puramente metropolitanos. Os comerciantes passavam assim a atuar também como colonos.

O estudo dessas correspondências comerciais, datadas da primeira metade do século XVIII, permitiu acompanhar o processo de expansão e interiorização da colônia em direção ao centro-sul, à região das Minas. Os comerciantes que para aí se dirigiam, interessados nas inúmeras possibilidades de negócios e de um enriquecimento rápido, tornaram-se não só observadores da realidade que os cercava, como também reproduziam as hierarquias que teciam a trama das relações sociais e se construíam da metrópole em direção à colônia. O comércio integrou o interior e permitiu que o colonizador, ali, procurasse reproduzir seu mundo, seus valores, sua civilização. Eis porque as cartas comerciais puderam se tornar importantes veículos para estudo do processo de reprodução do poder na colônia, incorporando outras formas de sua manifestação que não as institucionais.

As correspondências comerciais do século XVIII tinham, entre outras, importante função como vetor de informação<sup>4</sup>. Com nenhum objetivo outro que o de aperfeiçoar o sistema de trocas que abrangia espaços cada vez mais distanciados, os comerciantes procuravam criar um eficiente sistema privado de informações<sup>5</sup>, o que permite que as cartas possam ser utilizadas pelo historiador como importantes fontes sobre o período em que viveram.

As cartas trocadas entre Francisco Pinheiro e seus correspondentes nas Minas, registravam diversas informações sobre o cotidiano e acontecimentos públicos, que repercutiam sobre a atividade comercial. Assim que ali chegou, Manuel Mendes da Costa escreveu a Pinheiro dando “notícia da minha chegada a estas terra e do (es)tado delas”<sup>6</sup>.

Cruz e os demais agentes de Pinheiro nas Minas acompanharam a lenta tentativa de afirmação do estado português nas Minas. A correspondência a respeito abarca o período de 1712 a 1944. Começa em 1712, durante o governo de Antônio de

---

<sup>4</sup>POUBLAN. *Affaires et passions*. In: CHARTIER, 1991. p.394.

<sup>5</sup>HABERMAS, 1984. p.29-30.

<sup>6</sup>HSJ.TFP. Carta 160. Maço 29. f.329.

Albuquerque, quando as Minas foram desmembradas da Capitania do Rio de Janeiro e “inicia-se em Vila Rica, uma vida nova, mais ordenada e urbana, mais civilizada mesmo”<sup>7</sup>. Termina em 1744, durante o governo de Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, que implantou o sistema de cobrança de impostos pela capitação, que resultou em novos levantes após 1736. Este período correspondeu ao momento em que a Coroa tentava estabelecer as primeiras medidas para submeter a região aos seus desígnios. Mas como previu Francisco Cruz, “coitado de quem lida com eles e os governar”<sup>8</sup>, pois tais tentativas de submissão não se deram sem grandes resistências.

Os primeiros tempos das Minas, depois da descoberta do ouro, momento em que os comerciantes para ali se dirigiram, foram de grande turbulência. As explosões de violência e de revolta eram constantes e havia muita dificuldade em reproduzir, nesse novo espaço, a estrutura hierárquica metropolitana e Cruz e seus companheiros perceberam bem a situação de tensão em que se encontravam as Minas. Segundo ele, isto procedia “do muito calor que nesta terra há, aonde arde todo o mundo nele”<sup>9</sup> e “afirmo a VM ser terra diabólica, não pela dita, senão pelos moradores dela”<sup>10</sup>. Também o Conde Assumar atribuía tanta infidelidade à “influência deste clima”<sup>11</sup>.

Para Francisco Pinheiro Netto, sobrinho de Francisco Pinheiro, as Minas eram perigosas e estavam “perdidas, que se não faz conveniência nem para comer” devido ao fato de que “se esteja correndo risco a tantos negros”<sup>12</sup>. Referia-se à enorme desproporção entre a população branca e a de cor, os últimos se aglomeravam nos arraiais, gerando instabilidades. Por mais que as autoridades se esforçassem, era difícil manter a população negra sob controle. Vários bandos proibiam os negros, mulatos e carijós portarem qualquer tipo de armamento e as ordens eram sempre reiteradas, “por não levar as penas rigorosas que este caso merecia, fez nos ânimos das gentes se fosse afrouxando a sua observância, particularmente nas partes distantes”<sup>13</sup>. O bando de 1719 impunha penas rigorosas para os delinquentes, como ser “açoitado publicamente e a mão pregada no pelourinho”

---

<sup>7</sup>SALLES, 1965. p.71.

<sup>8</sup>HSJ.TFP. Carta 167. maço 29. f.271.

<sup>9</sup>HSJ.TFP. Carta 149. Maço 29. f.177.

<sup>10</sup>HSJ.TFP. Carta 149. Maço 29. f.179.

<sup>11</sup>CORRESPONDÊNCIA do Conde de Assumar depois da Revolta de 1720. RAPM, 1901. ano 6, p. 203.

<sup>12</sup>HSJ.TFP. Carta 198. Maço 29. f.478.

<sup>13</sup>APM.CMOP.06. f.12v

e, se o porte da arma tiver sido com o conhecimento ou ordem do dono, “terá a mão cortada”<sup>14</sup>. Com isso, impunha-se ao proprietário a perda do trabalhador, castigando-o indiretamente.

Mas manter a população cativa sobre controle era muito difícil e ela incorria em inúmeros delitos, inclusive o de rebeldia. Cruz contou que em Vila Rica, soubera que “morreram uns delinquentes enforcados, estes são pretos, os quais mataram os seus senhores”<sup>15</sup>, crime esse muito temido. “Os negros em grande massa, revoltavam-se freqüentemente e muitos massacres de senhores, com suas famílias, foram assinalados nos primeiros anos”<sup>16</sup>. O próprio Cruz sentiu na carne a dificuldade de submeter a mão de obra escrava, durante uma de suas doenças, “havia onze meses que eu trazia os negros fugidos no mato, por estes julgarem não escaparia eu da morte”<sup>17</sup>.

Se a terra oferecia inúmeras possibilidades de enriquecimento e neste sentido se assemelhava ao Eldorado, pois “seja Deus louvado, pois nos deixou chegar a tempo de termos nestas montanhas tantos tesouros”<sup>18</sup>; o mesmo não se podia afirmar em relação a seus habitantes, “pois é terra que não há filho por pai, nem pai por filho”<sup>19</sup>. O padre Manoel Pinheiro preferia “ser neste reino beneficiado de uma pobre aldeia, que nesta vigário da melhor igreja, (...) e em mim jamais haverá contentamento, pois vivo nelas bem contra minha vontade”<sup>20</sup>.

A distância da metrópole e do litoral dificultavam ainda mais as possibilidades de assentar os laços de coerção, pois o resultado era o “tão pouco conhecimento das obrigações de vassalo”<sup>21</sup>. Numa sociedade hierarquicamente estratificada, como era a metropolitana, as Minas pareciam querer inverter a ordem das coisas e a sociedade branca era constantemente ameaçada pelo aumento do número de mulatos, que também buscavam formas de afirmação social. Ali os homens se faziam soberbos e todos se comportavam “com uma tal fidalguia”, que bastava para isto se fazerem “capitães, que estes postos a qual mulato o logra”<sup>22</sup>.

---

<sup>14</sup>APM.CMOP.06. f.13-13v

<sup>15</sup>HSJ.TFP. Carta 152. Maço 29. f.135.

<sup>16</sup>LIMA JÚNIOR. 1978. p. 39

<sup>17</sup>HSJ.TFP. Carta 186. Maço 29. f.391.

<sup>18</sup>HSJ.TFP. Carta 173. Maço 29. f.241.

<sup>19</sup>HSJ.TFP. Carta 192. Maço 29. f.436.

<sup>20</sup>HSJ.TFP. Carta 175. Maço 29. f.358.

<sup>21</sup>MOTINS do sertão. RAPM, 1896. v.1, p.654.

<sup>22</sup>HSJ.TFP. Carta 156. Maço 29. f.175.

Os vereadores de Mariana contaram que a sociedade escravista gerava um profundo desprezo pelo trabalho manual, pois ali ninguém consente “que algum de seus filhos se aplique a ofícios grosseiros, mas que somente saltem a uma afetada e vã nobreza, a qual consiste ou nas temerárias introduções para a Igreja, ou nos indignos acessos dos postos militares”<sup>23</sup>. Os mulatos “inteligentes e fortes, física e economicamente, passaram em pouco tempo a influir na sociedade da época, dominando as câmaras e cargos públicos, provocando reações dos portugueses recém-chegados, que se rebelavam contra isso, para dentro em pouco apoiarem os mulatos seus filhos”<sup>24</sup>. Grassava a iniquidade, cada um querendo tirar maior proveito em benefício próprio, por isso Cruz afirmava que, “estas terras são para semelhantes gentes, mas não para homens que se lhe faz a face vermelha”<sup>25</sup>, ou seja que tinham vergonha na cara. O Conde de Bobadela também considerava que “da elevação, que o pó das minas mete nos narizes ainda dos habitantes, que a pobreza traz nus e descalços: não há cabo que se não presuma alferes e todos duplicam em si as graduações”<sup>26</sup>. “O pior é que desta escória se vai levantando uma raça nova de magistrados, que parece trazer o selo da origem vil, no mais escandaloso desafio às leis do Reino”<sup>27</sup>.

A violência disseminava e o perigo estava sempre por perto. João Pinheiro Netto foi para as Minas, a mando de seu pai, buscava ali enriquecer depressa, o que permitiria sua rápida volta à Metrópole para ali “ir descansar na companhia da minha família, assim o permita Deus levar-me em paz destas minas, que elas sem dúvidas são bem arriscadas”<sup>28</sup>. Contou ao tio que o hábito de comprar fiado nas Minas, tornava as cobranças grandes aventuras, pois exigiam grandes viagens, por lugares inóspitos, sob os caprichos da natureza, “jornada mui perigosa de moléstias e sezões”<sup>29</sup> e onde a ordem não se impusera e onde, não raro, havia levantes<sup>30</sup>.

Tais desordens ocorriam porque os mineiros “não querem lá justiças, que eles só por si governam”<sup>31</sup> e ficava-se a mercê dos poderosos, pois “todos estes

---

<sup>23</sup>CAUSAS determinantes da diminuição da contribuição das 100 arrobas de ouro, apresentadas pela Câmara de Mariana. RAPM, ano 6, p.146.

<sup>24</sup>LIMA JÚNIOR, 1978, p. 76.

<sup>25</sup>HSJ.TFP. Carta 161. Maço 29. f. 188.

<sup>26</sup>INSTRUÇÃO e norma. RAPM, 1899. ano 4, p.371.

<sup>27</sup>HOLANDA, 1985. Tomo I, v.2, p.298.

<sup>28</sup>HSJ.TFP. Carta 139. Maço 18. f.670.

<sup>29</sup>HSJ.TFP. Carta 161. Maço 29. f.194.

<sup>30</sup>HSJ.TFP. Carta 141. Maço 18. f.688. e Carta 161. Maço 29. f.194.

<sup>31</sup>HSJ.TFP. Carta 161. Maço 29. f.201-202.

vão a fazer fortuna e vários deles riquíssimos, que o mais povo lhe julgam a estes a sua morte, pela sua grande ambição”<sup>32</sup>. A confluência das enormes distâncias, o grande poder dos potentados e a inépcia de administradores mal preparados produziam a mistura explosiva que gerava a desobediência e as revoltas. Quando dos levantes de 1736 nos sertões contra a cobrança da capitação, o governador interino Martinho de Mendonça Pina e Proença detectou que as desordens nas Minas ocorriam devido a três tipos de homens, que rapidamente se punham a desafiar a justiça e se tornavam lideranças. Os “primeiros e mais principais são homens poderosos no país e estabelecidos nele, que costumados a viver sem mais Lei, que a da sua vontade”. A seguir, vinham quatro ou cinco homens dispostos a tudo, pois “tinham pouco, ou nada a perder e que, ocultamente instigados dos outros, começaram os motins”. Em terceiro, eram as próprias autoridades, “ainda que realmente o não são [cabeças], (...) nestes empregos introduziram maliciosamente gente meio rústica”<sup>33</sup>.

O primeiro levante de que foram contemporâneos e testemunhas foi o de 1720 em Vila Rica, contra a instalação das casas de fundição. No dia 16 de junho do mesmo ano, João Pinheiro Netto contou que tudo estava parado em Vila Rica por causa dos “levantes, que entendo com o favor de Deus se acabaram ontem com algumas prisões que se fizeram, que vão para essa Corte parte dos presos, que dizem serem cabeças”<sup>34</sup>.

Em 1725, um terrível motim de escravos ocorreu em Vila Rica. Sobre ele Cruz escreveu, sem saber exatamente ao certo o que acontecera, que “aonde suponho morreram alguns delinquentes enforcados, estes são pretos, os quais mataram seus senhores”<sup>35</sup>. Na verdade, uma grande revolta negra se organizara na vila, descoberta e reprimida a tempo devido a desentendimentos internos entre “os negros de Angola que queriam fosse rei de todos um do seu reino, e os Minas também de que fosse de sua mesma pátria”<sup>36</sup>.

Comentou ainda Cruz, que a luta dos moradores de Pitangui para não se renderem às autoridades metropolitanas já era antiga. Ali, “a Câmara formava uma oligarquia impenetrável” e os impostos sempre “recaíam sobre as classes menos abastadas”<sup>37</sup>. Numa visita à Vila, o antigo Ouvidor Dr. Bernardo Pereira de

---

<sup>32</sup>HSJ.TFP. Carta 161. Maço 29. f.194

<sup>33</sup>MOTINS do sertão. RAPM, 1896. v.1, p.652.

<sup>34</sup>HSJ.TFP. Carta 141. Maço 18. f.688.

<sup>35</sup>HSJ.TFP. Carta 152. Maço 29. f.135.

<sup>36</sup>APM.SC.05. f.108.

<sup>37</sup>VASCONCELOS, 1974. p.67.

Gusmão, já havia sido impedido de entrar. Ao ouvirem o anúncio de sua chegada, relata ele, “a resposta que lhe davam era atirar dizendo: morra o Ouvidor e todos os que o acompanham; e com efeito, houveram bastantes de parte a parte e vários feridos, até que não houve outro remédio senão voltarem”<sup>38</sup>. Em 1752, o Conde de Bobadela afirmava que era a única “vila aonde ainda há sombra da forma antiga das Minas (...) e que ainda conserva malfeitores de que usa, se bem que já atira a pedra, esconde a mão”<sup>39</sup>.

Grandes decisões administrativas, que ocorriam na esfera pública, como a instalação das Casas de Fundição, influíam na esfera privada dos negócios. No ano de 1724, João Deniz de Azevedo se desculpava em não poder acertar as contas com Pinheiro, pois as autoridades, “como se põem a casa da fundição, e se cobram os quintos vencidos com tal violência, me não é fácil juntar para uma e outra coisa”<sup>40</sup>. Em 1727, Cruz as responsabilizava, em termos pejorativos, pela demora em cobrar as dívidas das vendas das mercadorias e atrapalhar os negócios.

A dificuldade de ação das autoridades fazia com que as pessoas tomassem a justiça nas suas mãos e mais uma vez atrapalhava a afirmação do estado metropolitano. “As leis foram, também no Brasil, *obedecidas mas não cumpridas*”<sup>41</sup>. A institucionalização e a legalização da ordem eram dificultadas pelo poder que arraigavam, os homens mais ricos e poderosos. E, “os próprios agentes da Coroa acab[avam], não raro, por tolerar ou até fomentar, não podendo resistir sem prejuízo ao que se fizera regra geral”<sup>42</sup>.

A imposição do poder metropolitano estava cercada de contradições entre as esferas públicas e privadas. Por um lado, a metrópole encontrava forte oposição da população local para se submeter ao seu arbítrio, especialmente os oligarcas e potentados. Por outro, incapaz de levar a ordem a todos os recantos que eram então desbravados, a Coroa necessitava estender sua ação através do beneplácito desses próprios senhores.

O resultado direto desta forma de fazer política era a indistinção entre a esfera pública e privada, característica da forma patrimonial de administração<sup>43</sup>.

---

<sup>38</sup>HSJ.TFP. Carta 161. Maço 29. f.194.

<sup>39</sup>INSTRUÇÃO e norma. RAPM, 1899. ano 4, p.374.

<sup>40</sup>HSJ.TFP. Carta 147. Maço 29. f.318.

<sup>41</sup>HOLANDA, 1985. Tomo I, v. 2, p.282.

<sup>42</sup>Ibidem. p. 297.

<sup>43</sup>WEBER, 1944. cap. 3, p.139-198. Para Weber, o patrimonialismo surge a partir da comunidade doméstica patrimonial, quando ela começa a se diferenciar economicamente e surge um corpo de funcionários administrativos encarregado das administração da propriedade do senhor. O quadro administrativo e militar fica, então, sob dominação pessoal do senhor.

No estado português, o poder era exercido de forma pessoal. A execução das ordens dependia de uma autoridade para outra, o que gerava um sentimento de que as pessoas encontravam-se desprotegidas, freqüentemente sob o arbítrio dos poderosos.

A sociedade mineira era a soma contraditória do esforço colonizador português e da heterogeneidade que surgia no espaço urbano minerador. De um lado, a Metrópole se esforçava por construir um mundo a sua imagem e semelhança mas, na vastidão das Minas, cercada de escravos, desraigados e potentados, tudo parecia estar fora do controle. Mesmo com todas as tentativas de normatização e de controle da sociedade, o ambiente fervilhava e os motins pipocavam. Ao mesmo tempo, os horizontes se expandiam e o correr do tempo parecia se acelerar.

Nas Minas, tudo parecia estar fora do lugar. Mas, paradoxalmente, grande parte deste descontrole era resultado da maneira como o poder se organizava desde a Metrópole. A necessidade de se utilizar dos potentados para levar a autoridade à periferia, o excesso de poder de funcionários, a falta de uma hierarquia clara, o caráter pessoal do mando, tudo contribuía para, uma vez distante do centro, aumentar a confusão entre a esfera pública e a privada e imprimir a sensação de desgoverno.

A principal preocupação da Coroa foi a utilização do comércio e dos comerciantes para levar seu poder ao interior das Minas e as redes informais e transgeográficas representadas pelas corporações mercantis tiveram aí papel fundamental. Apesar das distâncias e outras contradições que se interpunham entre o centro do poder e as regiões mais distantes do Império, as populações do novo mundo identificavam-se como vassalos, e viam no soberano a origem de todo o poder e não estavam limitados ao jogo de oposições entre metrópole e colônia.